

Anais da Assembléia

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 31 DE AGOSTO DE 1972

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSARIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ALVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATTI	MDB
ANTONIO LOPES JUNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAUJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMILIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVERIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO ESCORSIN	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
HELIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOAO FADEL	ARENA
JOÃO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LAZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURICIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRUGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIAO RODRIGUES JUNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDÃO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes.
1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.
2.º SECRETÁRIO — Quielse Crisóstomo.
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

COMISSÕES PERMANENTES

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

COMISSÃO EXECUTIVA

- Presidente — Wilson Fortes;
1.º Vice-Presidente — Antonio Franco Ferreira da Costa Filho
2.º Vice-Presidente — Nelson Buffara (MDB)
1.º Secretário — Ivo Tomazoni
2.º Secretário — Quielse Crisóstomo da Silva
3.º Secretário — Domicio Scaramella (MDB)
4.º Secretário — Rosário Pitelli

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

- Presidente — Armando Queiroz
Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB)
Santos Lima; Ovidio Franzoni; Erondy Silvério; Emilio Carazzai; Igo Losso; Paulo Camargo; Cândido Martins de Oliveira; Luiz Roberto Soares; Muggiati Filho (MDB).

Secretário — Rita Celestino Soares

Reuniões — Quartas-feiras.

SUPLENTE

Borsari Neto; Basilio Zanusso; Antonio Lopes Júnior; Fabiano Braga Cortes; Antonio Maciel; Leopoldo Jacomel; Marciano Baraniuk; Odilon Reinhardt; João Fadel.

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

- Presidente — Fuad Nacli
Vice-Presidente — Antonio Belinatti
David Federmann; Leopoldo Jacomel; Antonio Lopes Júnior; Odilon Reinhardt; João Fadel.

Secretário — Terezinha Barbosa Moura e Claro

Reuniões — Terças-feiras.

SUPLENTE

Francisco Escorsin; Fabiano Braga Cortes; Lázaro Dumont; Jorge Sato; Igo Losso; Mauricio Fruet (MDB).

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

- Presidente — Jorge Sato
Vice-Presidente — Nivaldo Kruger (MDB)

Paulo Poli; Fabiano Braga Cortes; Basilio Zanusso; Fuad Nacli; Borsari Neto.

Secretário — Elcy Silva Batista

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Aguinaldo Pereira Lima; Cândido Martins de Oliveira; Pinto Dias; Wilson Brandão; João Fadel; Marciano Baraniuk; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

Presidente — Antonio Maciel.

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Francisco Escorsin; Marciano Baraniuk.

Secretário — Ney Rodrigues.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Leopoldo Jacomel; Fuad Nacli; Basilio Zanusso; Aguinaldo Pereira Lima; Alvaro Dias (MDB).

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

Presidente — Borsari Neto

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Xenofonte Villanueva; Gabriel Manoel.

Secretário — Roberto Diniz Sátiro

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Basilio Zanusso; Pinto Dias; Paulo Poli; Wilson Brandão; Alvaro Dias (MDB).

SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

Presidente: Antonio Lopes Júnior

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Arizone Araújo; Cândido Martins de Oliveira; Gabriel Manoel.

Secretário — Maria Aparecida R.G. Amaral.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Francisco Escorsin; Santos Lima; João Fadel; Fabiano Braga Cortes; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

Presidente — Arizone Araújo

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Francisco Escorsin; Xenofonte Villanueva; Marciano Baraniuk.

Secretário — Agildes de Oliveira Martins.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Antonio Maciel; Luiz Roberto Soares; Paulo Poli; Wilson Brandão; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

Presidente — Aguinaldo Pereira Lima;

Vice-Presidente — Antonio Belinatti (MDB).

Paulo Poli; Wilson Brandão; Antonio Maciel.

Secretário — Francisco Accioly Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

Presidente — David Federmann;

Vice-Presidente — Arizone Araújo

João Fadel; Xenofonte Villanueva; Mauricio Fruet (MDB).

Secretário — Elza Carneiro Camargo.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Paulo Camargo; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Emilio Carazzai; Hélio Manfrinato (MDB)

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

Presidente — Cândido Martins de Oliveira.

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Basilio Zanusso; Antonio Maciel; Gabriel Manoel.

Secretário — Lélcio Guimarães Soto Maior.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Santos Lima; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

Presidente — Paulo Poli.

Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB).

Aguinaldo Pereira Lima; Francisco Escorsin; Leopoldo Jacomel.

Secretário — Alberto Carazzai Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Paulo Camargo; Ovidio Franzoni; Marciano Baraniuk; Antonio Belinatti (MDB).

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

Presidente — Xenofonte Villanueva.

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Marciano Baraniuk; Jorge Sato; Odilon Reinhardt.

Secretário — Maria Stella do Amaral Gurgel.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Arthur de Souza; Pinto Dias; Lázaro Dumont; Gabriel Manoel; Mauricio Fruet (MDB).

DECRETOS LEGISLATIVOS

DECRETO LEGISLATIVO N.º 366/72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5.713/72, de 27 de julho de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, com fundamento no parágrafo único, do Art. 247, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, a Aldo Angelo Sperandio, ocupante do cargo de nível "PL-21", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, licença especial de três (03) meses, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo quinquênio de serviço público, compreendido entre 23 de fevereiro de 1.967 e igual data de 1.972.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 31 de agosto de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 367/72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5.674/72, de 26 de julho de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

atribuir a Izidoro Ceceon, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, gratificação de função, correspondente ao símbolo F-7, por estar exercendo as funções de Auxiliar de Portaria, a partir de 1.º de maio de 1972.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 31 de agosto de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 368/72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5.107/72, de 30 de junho de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, em favor de Casemiro Marques, ocupante do cargo de nível "PL-23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1.969 e 1.971, que deixou de gozar.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 31 de agosto de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 369/72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5.095/72, de 30 de junho de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a Ocirema Stamm Bellé, ocupante do cargo de nível "PL-26", da Série de Classes de Taquígrafo, do Grupo Ocupacional de Taquígrafia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (05%), sobre os seus vencimentos, perfazendo um total de vinte e cinco por cento (25%), a partir de 30 de setembro de 1.971, data em que completou vinte e cinco (25) anos de Serviço Público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 70, Inciso I, da Constituição Estadual.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 31 de agosto de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 370/72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5.796/72, de 1.º de agosto de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, em favor de Luiz Douglas Ferreira, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, isolado, de provimento efetivo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1.971, que deixou de gozar.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 31 de agosto de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 371/72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5.430/72, de 11 de julho de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a Maria Arantes de Lima, ocupante do cargo de nível "PL-15", da Série de Auxiliar de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (05%), sobre os seus vencimentos, perfazendo um total de dez por cento (10%), a partir de 07 de maio de 1.972, data em que completou dez (10) anos de Serviço Público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 70, Inciso I, da Constituição Estadual.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 31 de agosto de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 372/72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5.130/72, de 30 de junho de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, em favor de Ari Natal Chemin, ocupante do cargo de nível "PL-22", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1.971, que deixou de gozar.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 31 de agosto de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 373/72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5.462/72, de 13 de julho de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, em favor de Maria Amália Cesar Cercal de Oliveira, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, isolado, de provimento efetivo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1.970 e 1.971, que deixou de gozar.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 31 de agosto de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 374/72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5.740/72, de 28 de julho de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, em favor de Paulina Scherner Simões, ocupante do cargo de nível "PL-14", da Série de Classes de Auxiliar de Plenário e Conservação, do Grupo Ocupacional de Conservação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1.971, que deixou de gozar.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 31 de agosto de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 375/72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5.423/72, de 10 de julho de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a Maria Igesia Cavallari Fagundes, ocupante do cargo de nível "PL-17", da Série de Classes de Auxiliar de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (05%) sobre os seus vencimentos, perfazendo um total de dez por cento (10%), a partir de 07 de julho de 1.972, data em que completou dez (10) anos de Serviço Público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 70, Inciso I, da Constituição Estadual.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 31 de agosto de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 376/72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5.445/72, de 11 de julho de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a Rogério Antônio Souza do Nascimento, ocupante do cargo de nível "PL-26", da Série de Classes de Médico, do Grupo Ocupacional de Medicina, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (05%), sobre os seus vencimentos, perfazendo um total de dez por cento (10%), a partir de 10 de maio de 1.972, data em que completou dez (10) anos de Serviço Público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 70, Inciso I, da Constituição Estadual.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 31 de agosto de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 377/72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5.336/72, de 06 de julho de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

revogar o Decreto Legislativo n.º 519/71, de 27 de outubro de 1.971, na parte que se refere a funcionária Zildete Teixeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a partir de 1.º de agosto de 1.972.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 31 de agosto de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 378/72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5.336/72, de 06 de julho de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, o funcionário Ayrton Precocoma, a pres-

tar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%), de seus vencimentos, a partir de 1.º de junho de 1.972.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 31 de agosto de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 379/72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5.463/72, de 13 de julho de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a Maria Amalia Cesar Cercal de Oliveira, ocupante do cargo isolado, de provimento efetivo, de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (05%), sobre os seus vencimentos, perfazendo um total de vinte por cento (20%), a partir de 21 de dezembro de 1971, data em que completou vinte (20) anos de Serviço Público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 70, Inciso I, da Constituição Estadual.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 31 de agosto de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 380/72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3.080/72, de 04 de maio de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

transferir, a partir de 19 de abril de 1.972, a Anna Espindola, última filha supérstite do ex-Deputado Estadual João Evangelista Espindola, a parte da pensão mensal que, pelo Decreto Legislativo n.º 158/68, de 19 de fevereiro de 1968, fora atribuída a Castão de Araújo Espindola, de acordo com o disposto pelo Art. 4.º, da Lei n.º 4.763, de 05 de novembro de 1.963.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 31 de agosto de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 381/72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5.387/72, de 07 de julho de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a Walter dos Santos Reinaldet, ocupante do cargo de nível "PL-26", da Série de Classes de Contador, do Grupo Ocupacional de Contabilidade, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (05%), sobre os seus vencimentos, perfazendo um total de vinte por cento (20%), a partir de 15 de março de 1.971, data em que completou vinte (20) anos de Serviço Público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 70, Inciso I, da Constituição Estadual.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 31 de agosto de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 127.ª Sessão (Extraordinária) Realizada em 31 de Agosto de 1972 (Quinta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Antônio Costa, secretariada pelos Srs. Deputados Domicio Scaramella e Rosário Pitelli.

As 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes — Antônio Costa — Nelson Buffara — Ivo Tomazoni — Quielse Crisóstomo — Domicio Scaramella — Rosário Pitelli — Aguiinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antonio Belinati — Antonio Lopes Júnior — Antonio Maciel — Arizone Araújo — Armando Queiroz — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — David Federmann — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Hélio Manfrinato — Igo Losso — João Fadel — João Mansur — Jorge Sato — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruct — Muggiati Filho — Nivaldo Krüger — Odilon Reinhardt — Ovídio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Pinto Dias — Sebastião Rodrigues Júnior — Santos Lima — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (47).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede a leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 57/72, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 125/70, de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, fica criada uma Circunscrição de Trânsito na cidade de Castro, com jurisdição nos Municípios de Pirai do Sul, Jaguariaíva, Sengés e Arapoti. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

Encerrada a discussão. Em votação. Mantido o Veto, rejeitado o Projeto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, convocando outra para amanhã, às 9,30 horas, dia 01, sexta-feira.

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 58/72.

Levanta-se a sessão.

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 128.ª Sessão Ordinária Realizada em 31 de Agosto de 1972 (Quinta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Wilson Fortes, secretariada pelos Srs. Deputados Arizone Araújo e Rosário Pitelli.

A hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Aguiinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomet, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Maurício Fruct, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (47).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETARIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE :

REQUERIMENTOS:

— De autoria do Senhor Deputado Ivo Tomazoni, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 99-72.

— De autoria do Senhor Deputado Ivo Tomazoni, solicitando Dispensa de Publicação da Redação Final do Projeto de Resolução n.º 5-72 e dos Projetos de Lei ns. 186-70, 251-70 e 68-72.

Requerimento

Senhor Presidente:

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, requerem, depois de ouvido o Plenário, a inserção em Ata da sessão de hoje, de um voto de congratulações com o doutor Justino Alves Pereira, pela sua investidura no alto cargo de Chefe de Gabinete do Ministério da Saúde.

JUSTIFICATIVA:

O médico Justino Alves Pereira, que acaba de ser investido nas altas funções de Chefe de Gabinete do Ministério da Saúde, já foi Deputado Estadual, em nosso Estado, Deputado Federal e Presidente da Federação de Proteção aos Excepcionais. É, além do mais, um paranaense que agora passa a ocupar um posto de destaque na alta administração federal e que por conseguinte muito poderá auxiliar o nosso Estado.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1972.

(aa) Ovídio Franzoni, Jorge Sato e Borsari Netto

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, seja encaminhada solicitação ao Ilustríssimo Senhor Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, no sentido de que fique isento do pagamento da taxa de utilização do "Ferry Boat", que liga os Municípios de Matinhos e Guaratuba, o veículo, cujo proprietário seja professor lotado em Estabelecimento de Ensino Público, e quando em trânsito do, ou para o local de trabalho, objetivando dessa forma, incentivar os mestres ao exercício da profissão, na orla litorânea.

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1972.

(a) Nelson Buffara

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhado veemente apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Professor Pedro Viriato Parigot de Souza, e ao Ilustríssimo Senhor Presidente da Junta Comercial do Estado do Paraná, Doutor Otero Pereira Braga, no sentido de determinarem gestões, visando a instalação de mais um escritório da Junta Comercial do Paraná, na cidade de Pato Branco. Tal apelo é feito, em atenção aos insistentes reclamos das classes empresariais e industriais da crescente região do sudoeste de nosso Estado, que atualmente vem sofrendo, além de vultuosos gastos, inúmeros problemas e prejuízos, quando necessitam tratar de assuntos sobre registros de comércio, já que a Junta Comercial do Estado possui, além de Curitiba, apenas um escritório na cidade de Londrina.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1972.

(a) Ivo Tomazoni

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, Requer a Vossa Excelência que encaminhe apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Professor Pedro Viriato Parigot de Souza e ao Ilustríssimo Senhor Presidente da Junta Comercial do Estado do Paraná, Doutor Otero Pereira Braga, no sentido de determinar gestões, visando a instalação de mais um escritório da Junta Comercial do Paraná, na cidade de União da Vitória. Este apelo é feito em atenção aos insistentes reclamos das classes empresariais e industriais da crescente região Sul do nosso Estado, que atualmente vem sofrendo, além de vultuosos gastos, inúmeros problemas e prejuízos, quando necessitam tratar de assuntos sobre registros de comércio, já que a Junta Comercial do Paraná possui, além de Curitiba, apenas um escritório na cidade de Londrina.

Salas das Sessões, em 31 de agosto de 1972.

(a) Domicio Scaramella

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que a este subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o ilustre Plenário desta Colenda Assembléia Legislativa,

REQUER:

1.º — seja encaminhado expediente ao Ilmo. Sr. Dr. Mário de Mari, DD. Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná transmitindo-lhe os agradecimentos dos moradores de Cascavel, por sua interesse junto à administração da Junta Comercial do Paraná no sentido da instalação de um Escritório da entidade naquela cidade.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 28 de agosto de 1972.

(a) ODILON REINHARDT

JUSTIFICATIVA

Para que a justa reivindicação do comércio e indústria de Cascavel tivesse acolhida junto à administração da Junta Comercial do Paraná no sentido da instalação de um Escritório da entidade naquela cidade, pesou em muito a decidida intercessão e o entusiástico apoio dados pelo Ilmo. Sr. Dr. Mário de Mari, digníssimo Presidente da Federação das Indústrias do Paraná que, bem alcançando a justiça do que era pleiteado e bem ajustado às necessidades das classes produtoras da região, engajou-se firmemente na campanha e conseguiu sensibilizar o colegiado do órgão estadual, levando seus Diretores a encamparem a tese da necessidade do atendimento da reivindicação.

O Dr. Mário de Mari é uma personalidade que dia a dia se impõe ao conceito de todos nós porque multiplicando-se em vários ramos de atividades ainda assim encontra tempo para dispensar atenções aos interesses de nossa comunidade, tudo com espírito de auxiliar o seu desenvolvimento e dar ao povo aquelas condições mínimas de usufruto das conquistas sociais e tecnológicas de nossa era. Homem da livre empresa, coordenador regional do Projeto Rondon para o Paraná, presidente da Federação das Indústrias do Estado e membro ativo de inúmeros clubes de serviço o Dr. Mário de Mari ainda dispôs-se a lutar em favor dos anseios de comércio e indústria de Cascavel, para que lhe fosse atendido justo pedido e, com isso, credenciou-se ainda mais à nossa admiração e respeito.

Os nobres Deputados que sabem bem rara esta disposição de luta sem outro interesse que não seja o desenvolvimento da comunidade, certamente entenderão a razão deste meu pronunciamento e darão ao presente requerimento o seu indispensável e honroso apoio.

Palácio Dezenove de Dezembro, 28 de agosto de 1972.

ODILON REINHARDT

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que a este subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o ilustre Plenário desta Assembléia Legislativa,

REQUER:

1.º — sejam encaminhados expedientes ao Dr. Otero Pereira Braga e ao Dr. José Petrelli Gastaldi, Presidente e Secretário respectivamente, da Junta Comercial do Paraná, no sentido de que intercedam junto ao Exmo. Sr. Governador do Estado para que seja concretizada a instalação do Escritório daquele Órgão, na cidade de Cascavel, Pr.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 28 de agosto de 1972.

(a) ODILON REINHARDT

JUSTIFICATIVA

De há muito o comércio e indústria de Cascavel se ressentem da ausência de um Escritório da Junta Comercial do Paraná, na cidade para trâmite rápido e a custo mais baixo dos processos de registros de firmas, alterações contratuais, extração de certidões, rubrica de livros etc. de cumprimento legal indispensável, e que, por isso, impunha aos interessados um desembolso de quantias elevadas para pagamento de escritórios especializados na Capital do Estado, onde somente poderiam ser concretizadas todas as providências.

Com o acentuado progresso da cidade e da região da qual é centro principal, a comunidade laboriosa passou a reivindicar com mais insistência a instalação de um Escritório da Junta Comercial, já para diminuir aqueles obstáculos, já para evitar-se o funcionamento irregular de firmas comerciais e industriais por possibilidade de cumprimento a tempo das exigências legais.

Após campanha a que não foi ausente nenhuma força viva daquela comunidade entendeu a administração da Junta Comercial do Paraná de autorizar a instalação de um Escritório em Cascavel, sendo que, desde logo, o Conselho Regional de Contabilidade autorizou o uso de sua Delegacia local para funcionamento do referido Escritório, atendendo à solicitação da Federação das Indústrias do Paraná, naquele sentido.

Assim, vencida a etapa mais árdua da campanha, é justo que agora este Poder Legislativo também compareça como defensor da reivindicação através do presente Requerimento que espero aprovado pelos nobres Deputados e faça sentir aos senhores Presidente e Secretário, respectivamente, da Junta Comercial do Paraná o nosso interesse especial na concretização daquela decisão, encarecendo-lhes decisiva intercessão junto ao Exmo. Sr. Governador do Estado no sentido de que sejam facilitados os meios necessários à entidade para instalação e funcionamento do Escritório da Junta Comercial do Paraná em Cascavel, no menor lapso de tempo possível, tendo-se em vista o evidente interesse comunitário.

Os nobres Deputados certamente darão ao presente o seu honroso e indispensável apoio.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 28 de agosto de 1972.

a) ODILON REINHARDT

PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei n. 144-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O artigo 3.º da Lei n. 6.314, de 24 de agosto de 1.972, passa a ter a seguinte redação.

"Art. 3.º — A presente lei entrará em vigor na data em que obtiver a aprovação de que trata o art. 1.º, parágrafo único, do Ato Complementar n. 46, de 7 de fevereiro de 1.969".

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1.972.

(a) FRANCISCO ESCORSIN.

JUSTIFICATIVA:

O Artigo 3.º da Lei n. 6.314, de 24 de agosto de 1972, em que se criou o Município de Francisco Alves, diante das instruções emanadas do Ministério da Justiça, deve ser alterado com a redação proposta, a fim de que sejam cumpridas as disposições do Ato Complementar n. 46, de 7.2.1969.

Projeto de Lei n. 145-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Os proventos de aposentadoria do funcionário do Estado, civil ou militar, abrangido pelo disposto no art. 148, da Constituição do Estado e que se tenha submetido pelo período mínimo de um (1) ano ao regime de trabalho de tempo integral, serão calculados tomando-se por base o vencimento do cargo e ma's o acréscimo resultante do trabalho no referido regime.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de agosto de 1.972

(a) — PAULO CAMARGO

JUSTIFICATIVA

A medida visa beneficiar a um restrito número de ex-combatentes ainda na ativa. Após prestar serviços em tempo integral, o funcionário incorpora aos seus orçamentos e, consequentemente, ajusta seu estilo de vida, o acréscimo correspondente em dinheiro. Quando soma tempo suficiente para a aposentadoria, depara-se com a alternativa de prosseguir na atividade ou ver reduzido seu ganho em cerca de cinquenta por cento. Como a melhoria nos padrões de vida implica em compromissos, hábitos e procedimento de caráter irreversível, o servidor sente-se forçado a permanecer no exercício do cargo.

No caso do ex-combatente, que não mereceu ainda o testemunho da gratidão do povo brasileiro pelo que representou sua presença no teatro das operações bélicas da Segunda Guerra Mundial, muitas vezes com a saúde abalada, impor-lhe o prosseguimento em serviço mesmo contendo tempo suficiente para aposentar-se é, sem dúvida alguma, tratá-lo até com certa dureza. Este Projeto tenta solucionar a questão.

O SR. PRESIDENTE — Fimda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao sr. Deputado Ivo Tomazoni, primeiro orador inscrito.

O SR. IVO TOMAZONI — Sr. Presidente srs. Deputados.

A descentralização dos órgãos da administração, direta e indireta, foi sempre o sonho das populações interioranas do nosso Estado. As Associações Comerciais e Industriais das principais cidades — polos — regionais do Estado do Paraná, têm formulado com insistência, apelos, no sentido de que a Junta Comercial do Estado do Paraná leve os seus serviços para as cidades regionais no sentido de facilitar o encaminhamento das reivindicações dos comerciantes e dos industriais. E é nesse sentido, Sr. Presidente, srs. Deputados, que eu me permito endereçar desta Tribuna um Requerimento ao Professor Pedro Viriato Parigot de Souza — Governador do Estado — e ao Dr. Otelio Pereira Braga, mui digno Presidente da Junta Comercial do Estado do Paraná, em cujo texto apelo no sentido de urgenciar os estudos que visam a instalação na cidade de Pato-Branco, de um escritório da Junta Comercial do Estado do Paraná. Tal apelo é feito em atenção, principalmente, aos insistentes reclamos das classes empresariais e industriais da crescente região Sudoeste do nosso Estado, que atualmente, e que há muito tempo vêm sofrendo, além das vultosas despesas e inúmeros problemas e prejuízos quando necessitam tratar de assuntos de registro do comércio, já que a Junta possui, além de Curitiba, apenas um escritório, que está localizado na cidade de Londrina.

A descentralização das atividades da Junta Comercial do Estado do Paraná está prevista nos estatutos daquela entidade, razão pela qual, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o apelo é oportuno, mesmo porque, a Federação das Indústrias do Estado do Paraná já mandou levantar dados referentes não só a Pato-Branco, mas, a Umuarama, Maringá, Ponta-Grossa e Cascavel, quatro das cidades que, se levadas a bom termo as demarches nesse sentido, haverão de ter esse benefício que por certo haverá de, em muito facilitar a laboriosa classe empresarial do interior paranaense.

Era o que cabia, Sr. Presidente. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sr. Deputado Rosário Pitelli.

O SR. ROSARIO PITELLI — Sr. Presidente e srs. Deputados.

Há tempos vemos a esta Tribuna para denunciar manobras baixistas que vinham derrubando de maneira assustadora, o preço do algodão, e sendo feitas pela Bolsa de Mercado de São Paulo, que sistematicamente e diretamente dava uma cotação menor ao preço do algodão, o que vinha constituindo e constitui, até hoje, um grande desestímulo à produção do algodão em nosso Estado, o que deveras é muito lamentável.

Bem sabemos que o algodão, entre as culturas consideradas brancas é a que maior serviço de mão-de-obra oferece; se o Paraná passar a ter uma pequena produção de algodão, teremos gerado um problema de ordem social, eis que o nosso povo ficaria sem serviço. O plantio da soja e o plantio do trigo que vem tomando conta de todas as áreas do Paraná é sem dúvida de boa rentabilidade, mas infelizmente não dá serviço, não dá a mão-de-obra ao nosso povo. É preciso que o Governo ampare e incentive a produção do algodão, mas temos a considerar que desde março para cá, as quedas têm sido acentuadas. Ressaltamos aqui, entretanto, que quando da nossa denúncia contra a Bolsa de São Paulo, houve realmente no dia seguinte uma melhora, ou uma estabilidade no preço. Soubemos até que foi feita uma Sindicância na Bolsa de Valores, razão pela qual tivemos uma cotação ma's ou menos razoável. Mas, para conhecimento dos srs. Deputados vamos aqui estabelecer um paralelo entre o preço em março e o preço hoje corrente, e é lamentável que tivéssemos uma baixa tão grande como vimos aqui especificar. Em março o algodão em pluma, tipo 5, estava cotado em 63 cruzeiros e 60 centavos, hoje o tipo 5 está cotado simplesmente em 54 cruzeiros por arroba; o tipo 6 que em março estava cotado em 60 cruzeiros e 60 centavos, hoje está cotado somente em 51 cruzeiros também por arroba e o tipo 7, que em março cotado estava em 59 cruzeiros e 50 centavos, passou hoje

para 47 cruzeiros e 50 centavos e finalmente o tipo 7 que em março esteve cotado em 57 cruzeiros e 90 centavos, passou para 45 cruzeiros a arroba.

Como vêem os srs. o algodão está fadado a desaparecer da produção do Estado do Paraná, eis que por um preço baixíssimo como está, ninguém vai se deter ou querer plantar algodão. E isto é lamentável porque o fato negativo principal, da não produção do algodão, é justamente este: não vamos ter serviço para o pessoal, para o homem que estava radicado no campo e foi obrigado a mudar-se para a cidade. Não se plantando algodão não vai haver ocupação para o "boia fria" e é por isso que fazemos da Tribuna um apelo, pedindo ao Governo ou a quem de direito, que tome as providências para se incentivar uma vez mais o plantio de algodão em nosso Estado. (Com revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — O "Diário do Paraná", em edição de hoje publica um pequeno editorial sobre documentos de habilitação do Detran. (Lendo)

"ALTERAÇÕES NAS HABILITAÇÕES"

Os documentos de habilitação de todos os motoristas brasileiros sofrerão modificações substanciais. A proposta de simplificação dos novos modelos apresentada pelos Detrans do Paraná e São Paulo foi discutida e aprovada por unanimidade por todos os departamentos de trânsito do Brasil.

Afirmou o Diretor do Departamento de Trânsito do Paraná Marcos Prado, que o novo modelo proposto pelo Contran apesar de já estar sendo utilizado por alguns Estados, apresentaram itens considerados desnecessários durante a reunião realizada em Brasília.

Situação Atual.

O Conselho Nacional do Trânsito assumiu o compromisso de estudar as modificações propostas, sendo considerados válidos, até novas decisões, os documentos atualmente utilizados pelos órgãos de trânsito. A proposição do Diretor do Detran paranaense e paulista, visa a simplificação de alguns itens e a inclusão de outras informações, possibilitando a real utilização da carteira como habilitação e documento eficiente. Além deste objetivo os modelos apresentados pelo Contran não poderiam ser emitidos por computador, dificultando o trabalho dos órgãos que podem dispor desta técnica.

E continua o articulista tecendo considerações que me parecem muito justas. Pena a ausência do Líder do Governo nesta Casa, para que através de S. Exa. endereçassemos um apelo ao Sr. Governador Pedro Parigot de Souza para que S. Exa. dissesse um "basta" ao Diretor do Detran, porque abusar da paciência do povo como se tem abusado até agora... até agora foi admissível, com tanta inovação e para fazer o povo gastar mais dinheiro, porque a carteira, trocar um tipo antigo por um novo, naturalmente as custas e emolumentos, mas o grande macete do Detran não é o emolumento que é recolhido à Fazenda Pública, mas obriga o cidadão a ir ao Instituto fazer o exame psicotécnico, paga 5 cruzeiros e lá paga 35, 40 cruzeiros, depois deste convênio com entidade particular, mas o macete continua porque o cidadão se submete a testes de psicotécnico e invariavelmente, a não ser que seja um gênio ele é reprovado; mas é convidado gentilmente a realizar outro, 15 dias após; fazer novo teste; então é aprovado, mas gastou duas vezes a importância de 40 cruzeiros. Então, este é o macete; é o que se esconde no fundo dessa ideia de renovação de carteiras de motoristas; troca do modelo antigo pelo modelo novo. Tenho minha carteira há praticamente 30 anos e nunca incomodou ninguém, o tamanho da carteira antiga, não sei por que está incomodando agora o Diretor do Trânsito.

Inicialmente eu apelo; na segunda vez faço apelo aos motoristas que não obedecem a portarias dessa Ordem, que não têm nenhum fundamento legal; uma portaria que obriga a trocar carteira de motorista, como se isso habilitasse melhor o condutor de veículos. O que eles querem é tirar o dinheiro do povo, que deixou de pagar 5 cruzeiros, para pagar 40. E o negócio é tão desonesto que esta entidade forneceu aparelhos de televisão e uma viatura ao trânsito com o dinheiro do povo. Esses exames são realizados aos milhares e repetidos, duas, três vezes, se reprovam. O cidadão se não souber desenhar uma árvore é reprovado. O que tem a ver saber desenhar árvores, com o dirigir; ele tem que chegar lá e desenhar uma árvore senão ele tem que pagar outra vez.

Esta aqui a nossa advertência ao Governo do Estado: — chegou a hora de dizer não! basta! chega de abusar com a paciência do povo. (Muito bem). (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira.

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Sr. Presidente Srs. Deputados. Pedi a palavra no Grande Expediente dessa tarde, para realçar perante este Poder Legislativo, o significado de uma solenidade havida hoje pela manhã no Gabinete de S. Exa. o Sr. Governador do Estado, na qual o Chefe do Poder Executivo Paranaense assinou um Aditivo de Convênio com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Estiveram presentes à essa solenidade, altas autoridades do Governo do Estado, o que demonstra a importância que o próprio Governo emprestou a esse ato. Importância sobretudo para a região que temos a honra de representar ao lado de outros eminentes Deputados nesta Assembleia Legislativa, uma vez que o convênio hoje assinado, pela manhã, (lembro): "visa essencialmente a regularização de ocupação e a ratificação de concessões de terras devolutas na faixa de fronteira do Estado do Paraná, mediante a outorga de títulos definitivos de propriedade."

Cerca de 18 mil títulos foram expedidos pelo DGTC naquela área e deverão ser ratificados pelo INCRA. De acordo com o Convênio hoje assinado, que vem também testemunhar e demonstrar ao povo do Paraná a excelente sintonia de propósitos que há entre o Governo desse Estado e o Governo da República.

Firmado a 8 de agosto de 1.969, pelo então IBRA, do qual o INCRA é o sucessor, e o Governo do Estado, o convênio teve a sua execução dificultada e, por fim paralisada, por uma série de contingências e entraves que não haviam sido previstos. Isso exigiu uma reformulação do mesmo, conseqüida após vários estudos e gestões entre as direções do DGTC e do INCRA, a fim de que pudessem ser reencetados e dinamizados os trabalhos naquela importante região do Estado.

Assim, pelo termo aditivo ao Convênio, passará o DGTC a efetuar os trabalhos de processamento administrativo necessários à formalização dos pedidos de compra das áreas de terra na Faixa de Fronteira, cabendo ao INCRA o papel de executor, atribuição antes conferida à Comissão Mista, que agora fica extinta. Também os requerimentos referentes à regularização de ocupação de lotes não requeridos que o INCRA receber, serão pelo DGTC instruídos.

Cabia ao Estado, através do DGTC, a regularização daquelas áreas até o advento da Lei Federal n. 4.947, de 7 de abril de 1966, que atribuiu ao então IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária) a discriminação das terras devolutas abrangidas pela Faixa de Fronteira. Sendo uma região de terras férteis para a agricultura, de colonização recente verificaram-se constantes invasões de elementos originários de outros Estados, sobretudo Rio Grande do Sul e Santa Catarina. A disputa com relação ao domínio provocou o aparecimento de tensões sociais, que se tornam ainda obstáculos ao harmônico desenvolvimento, já que a tranquilidade do meio rural e respeito à ordem jurídica — como é enfatizado no convênio assinado por S. Exa. o Governador do Estado, são fatores do progresso e da paz social necessários ao desenvolvimento do país.

Desejo, em face disto, sr. Presidente, consignar nos Anais desta Casa os aplausos do povo de minha região ao Governador Parigot de Souza, ao Cel. Clóvis Cunha Viana, Diretor do D.G.T.C. que foi o principal artífice deste tema aditivo ao convênio existente desde 1969 entre o Governo do Estado e o IBRA.

O convênio então celebrado, por razões que não vêm ao caso aqui considerar, não foi executado em sua plenitude. O dispositivo hoje firmado, dá condições ao DGTC de processar celeremente os pedidos de concessão de títulos de domínio pelos agricultores que vivem na terra, que trabalham na terra e dela tiram o seu sustento.

O título seria emitido finalmente após o processamento pelo IBRA, também com assinatura posterior de S. Exa. o Governador do Estado.

O sr. Sebastião Rodrigues — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado Cândido Martins de Oliveira, como representante também do Sudoeste do Paraná, queria congratular-me com o Governo do Estado e com o Coronel Clóvis Cunha, pela assinatura desse importante convênio que V. Exa. noticiou à Casa e ao Paraná. Porque esse convênio firmado é da mais alta significação para a nossa região. Todos sabem os prejuízos, as dificuldades que a não regularização das terras devolutas trazem à economia regional do Sudoeste. Porque, nobre Deputado o convênio jamais chegou ao seu destino porque continha vícios e também a má formalização do projeto não permitiu que o mesmo cumprisse suas finalidades. O que desejamos agora é que esse novo aditivo, como bem disse V. Exa., traga aqueles benefícios que o Sudoeste espera e, principalmente, paz e tranquilidade, condições imprescindíveis ao desenvolvimento do Sudoeste do Paraná.

Apenas gostaria de somar às palavras de V. Exa. as minhas congratulações ao Coronel Clóvis Cunha, porque indiscutivelmente, o atual Diretor do DGTC adquiriu à frente do GESTOP uma grande experiência no trato dos problemas de terras devolutas; experiência essa que tenho certeza, será transposta na aplicação do convênio e que irá trazer aqueles benefícios tão sonhados pelo povo daquela Região e a solução definitiva do problema das terras devolutas.

Congratulo-me com o Governo do Estado e com o Coronel Clóvis Cunha pois esperamos que seja solucionado esse problema de magna importância para o Sudoeste do Paraná, que os posseiros possam ver regularizada a situação de suas terras, e esses problemas, em última instância são os problemas de todos nós.

Muito obrigado pelo aparte que V. Exa. me concedeu.

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Eminentíssimo Deputado Sebastião Rodrigues, agradeço a gentileza de seu aparte que vem demonstrar a sua alta sensibilidade como homem público para esse problema de terras em nossa Região, que, realmente, é um problema angustiante e até calamitoso.

S. Exa. o Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Jr. não apenas com sua sensibilidade característica de político, mas também pela experiência que teve à frente de uma Agência do Banco do Brasil, na Região, conhece bem de perto o culto desse problema que atraiu por muitos anos, o desenvolvimento de uma região, uma vez que os agricultores, sobretudo os mais humildes, os que trabalham e trabalhavam a terra, não tinham condições, muitas vezes de gozar os benefícios bancários que o Governo lhes facultava exatamente por não possuírem o título definitivo de propriedade de suas terras. E por isso não podiam adquirir os maquinários sofisticados que a agricultura moderna exige.

Temos certeza que a execução desse convênio não vai trazer milagres, mas gradativamente vai solucionar o problema de terras do Sudoeste, e trará progresso, e sobretudo paz e tranquilidade aos agricultores do Sudoeste.

Concedo com prazer aparte ao nobre Deputado Arizone Araújo.

O sr. Arizone Araújo. — Agradeço o aparte que V. Exa. nos concede, e queremos nesta oportunidade, fazer nossas as palavras que V. Exa. acaba de pronunciar e nos congratulamos também por esse marco decisivo para o Sudoeste do Paraná. Pois, graças ao conhecimento do Coronel Clóvis Cunha, elemento que ocupou a Presidência do Grupo Executivo para as terras do Sudoeste pode, de perto, estudar e aquilatar a gravidade do problema da Faixa de Fronteira.

Com a sua ascensão ao Departamento de Terras foi levado ao Executivo Estadual a problemática da terra da Faixa de Fronteira da região sudoestina. Graças a isto vimos chegar a bom termo os acertos finais para a tranquilidade social de nossa região que, com a titulação, em definitivo, da Faixa de Fronteira verá consumada a pujança econômica do Sudoeste porquanto esses elementos, como bem disse V. Exa. estavam marginalizados dos estabelecimentos de crédito para a evolução de suas lavouras.

Agradecemos ao eminente Deputado o aparte.

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Eu é que agradeço a V. Exa. Deputado Arizone Araújo, o aparte que veio enriquecer o nosso pronunciamento.

Sendo V. Exa. um digno representante do povo do Sudoeste, médico de renome do Município de Francisco Beltrão que, pela sua própria atividade profissional, além da atividade política, mantém constantes e permanentes contatos com o povo de toda a região pode bem aquilatar, como deixou aqui bem claro, o valor dessa medida hoje adotada pelo Governador Parigot de Souza, assinando esse aditivo de Convênio que, com certeza, como disse V. Exa. marcará uma época com traços indelévels de tranquilidade, paz, harmonia e progresso para a região Sudoeste do Paraná que muito tem sofrido em função desses problemas de terras que têm, de certa forma, esta-

cionado o seu progresso em razão de estarem quase que se tornando insólitos certos problemas em determinadas áreas.

Nossas esperanças renascem e a esperança do povo que lerá pelos jornais amanhã e que ouvirá pelas rádios essa notícia, com certeza, renascerá. Esta esperança estará fundada na confiança a um Governo sério que procura resolver os problemas mais graves de seu povo.

Desejava ainda, aproveitando a passagem por esta Tribuna realçar um ato que ocorrerá amanhã no Palácio Iguaçu, presidido por S. Exa. o Sr. Governador Parigot de Souza.

O Governador do Estado vai autorizar amanhã a realização, através do Departamento de Cultura, da Secretaria de Educação e Cultura, do 5.º Concurso Nacional de Contos. Concurso esse instituído em Governo passado e que, que tantos benefícios trouxe à intelectualidade paranaense e brasileira e que, sobretudo, ressaltou o nome do Estado do Paraná como Estado preocupado não apenas com coisas materiais e com o desenvolvimento econômico, mas voltado, também, para os aspectos culturais de seu povo.

O Concurso Nacional de Contos é aquele que confere à atividade intelectual do País vários prêmios por parte de uma entidade governamental. Talvez tenha a propósito a ratificação do Governador Parigot de Souza a um movimento literário iniciado em Governo anterior, sobretudo no momento em que vemos pelos jornais, as angústias e os sofrimentos dos intelectuais que usam de sua inteligência nos países comunistas, e que estão, pelos seus Governos, proibidos e muitas vezes sendo deportados para os campos de concentração, por emitirem com liberdade, por relativa liberdade, o seu pensamento.

Há alguns dias atrás o jornal "O ESTADO DE SÃO PAULO" publicou, clandestinamente, para os países da Cortina-de-Ferro, o discurso que um intelectual da União Soviética faria, ao receber o Prêmio Nobel da Literatura, em 1.971; nesse discurso, esse intelectual insurgia-se contra não uma ditadura econômica ou governamental, mas sobretudo contra uma ditadura cultural implantada àquele povo que tanto trouxe em termos de cultura, à humanidade. Portanto, no momento em que vemos um Governo democrático, um Governo livre, financiar a cultura, abrir recursos para despertar novas vocações sem impor limitações, com liberdade, com homens das mais diferentes correntes filosóficas participando da equipe de julgamento desses contos, é necessário que se realce para a democracia, o alto sentido dessa promoção. E amanhã o Sr. Governador Parigot de Souza deverá oficialmente autorizar a realização do V Concurso Nacional de Contos.

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

E alviseira a notícia que V. Exa. dá à Casa e ao Estado do Paraná, qual seja, do retorno desse certame literário. Sem dúvida alguma o êxito alcançado pelo concurso de contos, instituído, creio eu, por V. Exa. quando ocupava com brilhantismo a Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Paraná, o êxito alcançado por tal certame, eu tive várias vezes oportunidade de comprovar fora dos limites e das fronteiras do nosso Estado, foi uma das promoções mais sérias já tentadas neste Estado, porque aproximou o Paraná, a toda intelectualidade do nosso País. É uma obra de vulto.

Apenas faço este aparte para dizer a V. Exa. da minha satisfação em ver que o Sr. Governador fez retornar aos objetivos governamentais, o prosseguimento desse certame.

Cumprimento nesta oportunidade V. Exa., pela feliz idéia que teve, e sobretudo pelo arrojado de contar e de haver realizado o I Concurso Nacional de Contos, promovendo o nosso Estado da forma mais séria e mais honrosa para todos nós que aqui vivemos. Congratulo-me uma vez mais — parece que hoje é dia da Oposição congratular-se com o Governador — pela medida, e congratulo-me com V. Exa. pela feliz idéia que teve, ao criar esse certame.

Os meus cumprimentos, pois, a V. Exa.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Agradeço, nobre Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, uma vez mais, a sua interferência, sempre brilhante, neste nosso despretencioso pronunciamento; as palavras de V. Exa. como Líder da Bancada do MDB, testemunham aqueles que estão nesta Casa e ao povo do Paraná, que Oposição e Governo dão-se as mãos quando se trata de realização que efetivamente vai redundar em grande benefício para este Estado, sobretudo quando se trata de realização do porte deste, do Concurso Nacional de Contos, que possibilitou e possibilitará não só aos paranaenses mas a todos os brasileiros, a tentativa de encontrar uma votação, vocação às vezes até inata, mas que por falta de condições financeiras muitos não a exercitam em um País tão grande que precisa da literatura para manter indissolúveis os laços de brasilidade, que nos unem.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Estou em princípio, confesso aos Srs. Deputados, surpreso com a notícia que chegou ao meu conhecimento. Oxalá não seja lícita para bem da Revolução e do Paraná. Em princípios deste ano foi realizado concurso para agentes de segurança onde compareceram 350 ou 400 candidatos. Destes concursados 95 foram classificados e existem apenas 63 vagas. É preciso que os 63 primeiros classificados sejam aproveitados. Isto é elementar e todos nós admitimos como válido. Ocorre, Sr. Presidente, Srs. Deputados que dentre os 63 primeiros classificados, existem 23 mulheres e 40 homens. O Diário Oficial de 26 de maio dá a relação dos 95 classificados. É o critério que deve ser adotado não existe outro, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a não ser o critério de acordo com a classificação. Não deve e não pode haver a discriminação por ocasião das nomeações e eu tomei conhecimento, através de contato mantido com o Sr. Secretário, e isto é muito grave, alerto aos Srs. Deputados e ao Sr. Líder da Arena, que concorda plenamente comigo, porque não existe outra solução, que o Governador pretenda cancelar o concurso, dando oito vagas para os homens e seis para as mulheres, em plena revolução, onde se prega moral, justiça e honestidade. Não se admite, pois foi baixado um decreto limitando o número de seis vagas para mulheres e oito para homens quando eram 63 vagas. É preciso aproveitar-se os 63 primeiros classificados. Isto é elementar e todos nós admitimos como válido. Ocorre, Sr. Presidente e Srs. Deputados que dentre os 63 primeiros classificados existem 23 mulheres e 40 homens. O Diário Oficial, do dia 26 de maio, dá a relação dos 95 classificados. É o critério que deve ser adotado, não existe outro, é esse. Não deve e não pode haver discriminação por ocasião das nomeações e tomei conhecimento, através de contatos mantidos com o Sr. Secretário de Segurança e com o Sr. Governador. Isto é muito grave, alerto aos Srs. Deputados da Arena e ao Sr. Líder da Arena, que concorda totalmente comigo,

que não existe outra solução senão aproveitar a todos os 63 classificados para as vagas existentes. Não é preciso ser bacharel para entender que esta nova resolução só teria vigência para outro concurso não para este. Quero fazer um apelo ao Sr. Secretário do Governo, ao Sr. Secretário de Justiça e de Segurança, para que não tenhamos que denunciar fatos odiosos e dos mais graves, que comprometem o Governador. O Sr. Deputado João Mansur está disposto a juntamente comigo, promover gestões. Admito que qualquer mandado de segurança impetrado por estas mulheres protegerá os seus direitos e após este mandado elas serão admitidas. Por que razão forçá-las a recorrer a um bacharel, a um advogado para impetrarem este mandado se o Estado precisa, se a Secretaria precisa de 63 cargos, e por que não nomear os classificados? Criem mais 35 vagas. Jamais poderemos admitir preterições, injustiças sob todos os pontos de vista. Queremos fazer este alerta aos Srs., para que esta injustiça não seja cometida por este Governo que o Paraná todo reverencia como homem honesto e desejo que se desfaga esta impressão, dada a sua excelente atuação. Muito obrigado. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos para o Grande Expediente, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 47 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 160/70, declara de interesse Turístico os Municípios que especifica. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 160/70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — São declarados de interesse turístico os Municípios de Foz do Iguaçu, Guaíra, Guaratuba, Matinhos, Paranaguá, Lapa, Colombo e Ponta Grossa.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23-08-72

aa) — Cândido M. de Oliveira — Presidente
Basílio Zanusso — Relator
Gabriel Manoel

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 185/70, que autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual, no Distrito de Santa Bárbara, Município de Santa Cecília do Pavão, e dá outras providências. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 185/70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar na sede do Distrito de Santa Bárbara, no Município de Santa Cecília do Pavão, um Ginásio Estadual, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — As despesas com a execução da presente lei correrão através da verba própria constante do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

aa) — Cândido M. de Oliveira — Presidente
Basílio Zanusso — Relator
Gabriel Manoel

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 201/71, declara de Utilidade Pública, a Sociedade São Vicente de Paula, da cidade de Rolândia. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 201/71

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Sociedade São Vicente de Paula, da cidade de Rolândia.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23-08-72

aa) — Cândido M. de Oliveira — Presidente
Basílio Zanusso — Relator
Gabriel Manoel

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 213/71, declara de Utilidade Pública, a Associação Cristã de Moços desta Capital. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 213/71

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação Cristã de Moços de Curitiba, com sede nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23-08-72

aa) — Cândido M. de Oliveira — Presidente
Basílio Zanusso — Relator
Gabriel Manoel

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 14/72, de autoria do Dep. Erondy Silvério, dá nova redação ao artigo 1.º da Lei n.º 4.980, de 7 de dezembro de 1964, que declarou de Utilidade Pública o Asilo São Luiz. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 114/72, de autoria do Dep. Wilson Brandão, que autoriza o Poder Executivo a conceder Título de "Cidadão Benemérito do Paraná", a Sua Excelência Reverendíssima Dom Jaime Luiz

Cuelho, Bispo da Cidade de Maringá. Parecer favorável da C.C.J. — COM SUBSTITUTIVO — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado o Projeto pelo Substituto.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 15/72, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 4/72, dispondo sobre a participação do Estado, junto com o Governo Federal, através da Companhia Brasileira de Alimentação (COBAL), com o Município de Curitiba e outros, da constituição de uma Sociedade de Economia Mista com finalidade de explorar centrais de abastecimentos como específica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 26/72, de autoria do Dep. Arthur de Souza, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Economistas do Paraná, com sede e foro nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 240/69, de autoria do Dep. Abrahão Miguel, declara de Utilidade Pública, a Associação dos Funcionários do Departamento de Rendas Internas do Estado do Paraná, com sede nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 240/69

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação dos Funcionários do Departamento de Rendas Internas do Estado do Paraná, com sede nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 1969.

a) Dep. Abrahão Miguel

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 240/69

AUTOR: Deputado Abrahão Miguel

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública a "Associação dos Funcionários do Departamento de Rendas Internas do Estado do Paraná, com sede nesta Capital.

PARECER

O Projeto está devidamente justificado e instruído com os documentos necessários para tais casos.

Está em perfeito acordo com as normas legais e constitucionais vigentes.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 17 de maio de 1972

aa) Armando Queiroz — Presidente

Emílio Carazzai — Relator

Luiz Roberto Soares

Ovidio Franzoni

Cândido Martins de Oliveira

Maurício Fruct

Muggiati Filho

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 311/70, de autoria do Dep. Antônio Lopes Júnior, cria o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais e dá outras providências. Parecer favorável da C.C.J. Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 311/70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

DAS FINALIDADES

Art. 1.º — Fica criado o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, com sede nesta Capital e jurisdição em todo o Estado, com a finalidade de distribuir justiça fiscal, na esfera administrativa, em instância superior e definitiva.

DA COMPETÊNCIA

Art. 2.º — Compete ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais:

I — julgar os recursos de decisões sobre lançamentos e incidências de impostos, taxas, contribuições e acréscimos adicionais, bem como sobre a legitimidade da aplicação de multas por infração à legislação fiscal do Estado;

II — emitir parecer, quando consultado pelo Secretário da Fazenda e contribuintes em geral sobre questões fiscais;

III — representar ao Secretário da Fazenda, sugerindo medidas aperfeiçoadas da legislação tributária, que objetivem a justiça fiscal e a conciliação dos interesses dos contribuintes e os da Fazenda.

Art. 3.º — Não se incluem na competência do Conselho as questões relativas à isenção, restituição, inclusive moratórias, bem como a apreciação de decisões proferidas por entidades autárquicas.

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 4.º — Fica assegurada a representação paritária dos membros do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, sendo 5 representantes dos contribuintes e cinco da Fazenda Pública, todos nomeados pelo Governador do Estado, com mandato por dois anos, que poderá ser renovado.

§ 1.º — Serão nomeados da mesma forma dez suplentes para servirem na falta ou impedimento dos membros efetivos, sendo, nesta eventualidade, providenciada a sua imediata convocação pelo presidente, nos termos do Regimento Interno do Conselho.

§ 2.º — Os representantes dos contribuintes e respectivos suplentes serão indicados em lista tripartite pela Federação do Comércio do Estado do Paraná conjuntamente com a Federação do Comércio Varejista do Estado do Paraná; pela Federação das Indústrias do Paraná, pela Federação da Agricultura do Paraná e pela Ordem dos Advogados, seção do Paraná, e Conselho Regional de Contabilidade, cabendo a cada entidade um representante e um suplente.

§ 3.º — Os representantes da Fazenda Pública e respectivos suplentes serão indicados pelo Secretário da Fazenda, dentre funcionários públicos estaduais, de preferência ocupantes de cargos de nível universitário e de comprovada competência em matéria tributária, os quais, enquanto servirem no Conselho, ficarão dispensados de suas funções ordinárias não podendo exercer cumulativamente qualquer outra comissão, exceto para estudo ou elaboração de trabalho técnico-científico.

Art. 5.º — O Presidente e o Vice-Presidente serão escolhidos, anualmente, pelo Governador do Estado, respectivamente dentre os membros representantes dos Contribuintes e da Fazenda Pública, sendo permitida a recondução por mais um período.

Art. 6.º — O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais só funcionará quando reunida a maioria de seus membros e decidirá em forma de resolução, tendo o presidente apenas o voto de desempate.

Art. 7.º — Os Conselheiros serão substituídos nos impedimentos pelos suplentes e o Presidente, pelo Vice-Presidente. No impedimento ocasional e simultâneo destes, exercerá a Presidência o mais antigo dos Conselheiros ou, sendo iguais na antiguidade, o mais idoso.

Parágrafo único — Ocorrendo vaga antes de expirar o mandato, o suplente o exercerá pelo restante do prazo.

Art. 8.º — Os Conselheiros representantes dos contribuintes prestarão compromisso perante o Secretário da Fazenda e serão por ele empossados, servindo os representantes da Fazenda Pública sob o compromisso do cargo efetivo.

Art. 9.º — Serão considerados vagos os lugares no Conselho cujos membros não tenham, tomado posse dentro em trinta (30) dias, contados da data da publicação, no Diário Oficial, das respectivas nomeações.

§ 1.º — Perderá o mandato o Conselheiro que:

I — usar, de qualquer forma, de meios ilícitos para procrastinar o exame e julgamento de processos ou que, no exercício da função, praticar quaisquer atos de favorecimento;

II — reter processos, em seu poder, por mais de quinze (15) dias além dos prazos previstos para relatar ou proferir voto, sem motivo justificado;

III — faltar a mais de 3 (três) sessões consecutivas ou a dez (10) alternadas, no mesmo exercício, salvo por motivo de moléstia, afastamento da sede, férias ou licença.

§ 2.º — A perda do mandato, referido no parágrafo anterior, será declarada por iniciativa do Presidente do Conselho, após apuração em processo regular, iniciado com a denúncia de qualquer contribuinte ou do Secretário da Fazenda. Ocorrendo a vaga, o Presidente comunicará ao Governador para efeito de nova nomeação, na forma do art. 4.º e parágrafo, desta Lei.

Art. 10 — Os membros do Conselho são impedidos de discutir e votar nos processos:

I — de seu interesse pessoal ou de parentes até o terceiro (3.º) grau, inclusive;

II — de interesse da empresa de que sejam diretores, administradores, sócios, acionistas, membros do Conselho Fiscal, assessores ou a que estejam ligados por vínculo profissional permanente;

III — em que houverem proferido decisão sobre o mérito, na primeira instância.

Art. 11 — Os membros do Conselho terão direito a férias anuais de trinta (30) dias consecutivos, sem prejuízo das respectivas vantagens.

Parágrafo único — As férias e licenças são concedidas pelo Plenário ao Presidente e por este, aos Conselheiros.

Art. 12 — O Conselho terá uma Secretaria, para atender aos serviços administrativos e executar os trabalhos de expediente.

Parágrafo único — A Secretaria será dirigida por um Diretor, nomeado em Comissão pelo Presidente do Conselho dentre funcionários efetivos do Estado.

Art. 13 — As atribuições da Secretaria serão fixadas em Regulamento, que determinará, no mínimo:

I — a distribuição dos processos a relatar, segundo a ordem cronológica de autuação;

II — rigorosa igualdade no tratamento às partes;

III — publicação das pautas de julgamento no Diário Oficial, com a antecedência mínima de dez (10) dias;

IV — direito de vista dos autos pelo contribuinte ou seu representante;

V — direito de defesa oral dos recursos;

VI — realização de, no mínimo, três (3) sessões semanais;

VII — estruturação de Quadro Próprio de Pessoal, exclusivamente com o aproveitamento de servidores dos Poderes do Estado, com a lotação e as atribuições estabelecidas em lei.

DA REPRESENTAÇÃO FISCAL JUNTO AO CONSELHO

Art. 14 — Junto ao Conselho, funcionarão dois (2) Representantes Fiscais, com um (1) suplente, designados pelo Secretário da Fazenda e por ele livremente demissíveis.

Parágrafo único — A designação dos Representantes Fiscais recairá em servidores da Secretaria da Fazenda, preferencialmente bacharéis em direito, de notórios conhecimentos em matéria tributária, que terão as mesmas vantagens, direitos e prerrogativas e impedimentos dos Conselheiros-representantes da Fazenda Pública.

Art. 15 — A um dos Representantes Fiscais será atribuído cumulativamente o encargo da Chefia da Representação Fiscal, junto ao Conselho.

Art. 16 — A ausência dos Representantes Fiscais e do suplente a mais de três (3) sessões consecutivas, sem motivo justificado, será comunicada ao Secretário da Fazenda, pelo Presidente do Conselho.

Art. 17 — As férias e licenças dos Representantes Fiscais são concedidas pelo Secretário da Fazenda.

Art. 18 — Compete aos Representantes Fiscais:

I — ter vista de todos os processos antes de distribuídos aos relatores;

II — usar da palavra nas sessões de julgamento, na forma regimental;

III — pedir esclarecimento e reconsideração dos julgados, nos casos previstos nesta Lei;

IV — prestar as informações e dar os pareceres solicitados pelo Presidente e pelos demais membros do Conselho;

V — propor ao Conselho a adoção de medidas julgadas necessárias ao bom andamento dos trabalhos;

VI — representar ao Presidente do Conselho sobre quaisquer faltas funcionais verificadas em processos, sejam em detrimento da Fazenda Pública ou dos contribuintes;

VII — zelar pela fiel execução das leis, decretos, regulamentos e atos normativos, emanados das autoridades competentes e que devam ser observados pelo Conselho.

Art. 19 — Ao Representante Fiscal, designado para chefiar a Representação Fiscal junto ao Conselho, além de suas atribuições normais, compete ainda:

I — coordenar os serviços de natureza administrativa da Representação Fiscal junto ao Conselho;

II — supervisionar o andamento dos trabalhos a cargo dos Representan-

tes Fiscais, promovendo, sempre que necessário, reuniões para debate e estudos;

III — manter contacto com as autoridades fazendárias, a fim de atender ao interesse dos serviços e estabelecer unidade de orientação;

IV — manter contacto com a Secretaria do Conselho para a perfeita execução dos trabalhos;

V — levar ao conhecimento do Secretário da Fazenda qualquer inobservância às disposições desta Lei ou irregularidade ocorrida em primeira instância;

VI — requerer à Presidência do Conselho a cobrança dos autos com prazo vencido.

DA PRESIDÊNCIA

Art. 20 — Compete ao Presidente, além das atribuições normais:

I — dirigir os trabalhos do Conselho e presidir reuniões;

II — proferir, quando for o caso, o voto de desempate;

III — determinar o número de sessões ordinárias do Conselho, de acordo com as necessidades do Serviço;

IV — convocar sessões extraordinárias, bem como fixar os dias e horas para a realização das sessões;

V — distribuir os processos aos Conselheiros;

VI — despachar o expediente ao Conselho;

VII — despachar os pedidos que encerreem matéria estranha à competência do Conselho, inclusive os recursos não admitidos pela Lei, determinando a devolução dos respectivos processos às repartições competentes;

VIII — representar o Conselho nas solenidades e atos oficiais, podendo delegar estas funções a um ou mais Conselheiros;

IX — dar posse e exercício aos Conselheiros;

X — convocar os suplentes, na forma e prazos previstos no Regulamento;

XI — apreciar os pedidos dos Conselheiros, relativos à justificação de ausência às sessões ou à prorrogação de prazo para retenção de processos;

XII — promover o imediato andamento dos processos distribuídos aos Conselheiros e aos representantes fiscais, cujo prazo de retenção já se tenha esgotado;

XIII — comunicar ao Secretário da Fazenda, com antecedência mínima de sessenta (60) dias, o termo do mandato dos Conselheiros representantes da Fazenda Pública;

XIV — apresentar, anualmente, ao Secretário da Fazenda e demais autoridades interessadas, relatório circunstanciado dos trabalhos do Conselho;

XV — elaborar a pauta de processos em julgamento;

XVI — outras atribuições que lhe forem conferidas no Regulamento.

DOS CONSELHEIROS

Art. 21 — Aos Conselheiros compete:

I — relatar os processos que lhes forem distribuídos;

II — proferir votos nos julgamentos;

III — propor diligências essenciais à instrução dos processos.

IV — solicitar vista de processos, com o adiamento de julgamento para exame, e apresentação de voto em separado;

V — outras atribuições que lhes forem conferidas no Regulamento.

DO RECURSO DE OFÍCIO

Art. 22 — A autoridade julgadora de primeira instância recorrerá de ofício, com efeito suspensivo, ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, sempre que proferir decisão contrária à Fazenda Pública, no todo ou em parte, salvo se:

I — a importância pecuniária em discussão não exceder a um (1) salário mínimo vigente na região;

II — a decisão for fundada exclusivamente no reconhecimento do erro de fato.

§ 1.º — O recurso do ofício será interposto mediante declaração na própria decisão.

§ 2.º — Se além do recurso do ofício houver recurso voluntário, serão ambos encaminhados a julgamento do Conselho.

§ 3.º — Se a autoridade julgadora omitir a observância ao disposto neste artigo, cumpre ao funcionário que tiver de executar a decisão, representar àquela autoridade, propondo a interposição do recurso.

§ 4.º — Quando o processo subir à segunda instância em grau de recurso voluntário e se verificar que o caso também é de recurso do ofício, nos termos desta Lei, sem que tivesse sido este interposto, o Conselho tomará conhecimento pleno do processo, como se houvesse tal recurso.

Art. 23 — O recurso do ofício devolve integralmente o conhecimento do feito ao Conselho.

DO RECURSO VOLUNTÁRIO

Art. 24 — Das decisões de primeira instância, contrárias ao contribuinte ou requerente, no todo ou em parte, inclusive sobre multas, cabe recurso voluntário ao Conselho, com efeito suspensivo.

Parágrafo único — Com o recurso poderá ser oferecida, exclusivamente, prova documental.

Art. 25 — O prazo para a apresentação de recurso voluntário é de 30 (trinta) dias, contados da data da intimação da decisão de primeira instância.

Parágrafo único — O funcionário que receber o recurso, certificará com clareza, em seguida ao fecho da petição, a data de seu recebimento.

Art. 26 — O recurso, mesmo perempto ou deserto, será sempre encaminhado ao Conselho, mas não terá efeito suspensivo, se for interposto fora de prazo ou sem garantia de instância.

Art. 27 — A repartição, de primeira instância, ao encaminhar o recurso, poderá consignar no processo, informação relativa aos antecedentes fiscais do recorrente.

Art. 28 — Se dentro do prazo do art. 25, desta Lei, não for interposto recurso, a autoridade instrutora lavrará nos autos declaração nesse sentido, seguindo o processo os trâmites regulares.

Art. 29 — É vedado reunir em uma só petição recursos referentes a mais de uma decisão ainda que versando sobre o mesmo assunto e alcançando o mesmo contribuinte.

DA GARANTIA DE INSTÂNCIA

Art. 30 — Os recursos ao Conselho não serão conhecidos sem garantia de instância, nos casos em que for exigida.

Parágrafo único — A garantia de instância será efetuada mediante depósito em dinheiro ou em títulos da dívida pública federal ou do Estado do Paraná, recebidos em caução por seu valor nominal, dentro de trinta (30) dias da intimação da decisão recorrida.

Art. 31 — Quando a importância discutida for superior ao valor dos salários mínimos vigentes na região, será facultado ao contribuinte oferecer fiador, dôneo, à apreciação do Chefe da repartição onde se encontrar o processo, no máximo até ao fim do prazo referido no parágrafo do artigo anterior.

§ 1.º — Não sendo aceito o fiador, poderá o recorrente indicar um segundo e um terceiro, sucessivamente, dentro do prazo igual ao que restava na data em que foi protocolado o requerimento anterior.

§ 2.º — Aceito o fiador, deverá dentro do prazo de dez (10) dias, contados da data da intimação da aceitação, providenciar junto à repartição, a assinatura do termo de fiança.

Art. 32 — Findo o prazo fixado na decisão do Conselho para cumprimento da condenação, será convertido em renda ordinária o depósito efetuado, salvo se o sujeito passivo fizer prova de ter submetido a controvérsia ao Poder Judiciário.

Art. 33 — Obtendo decisão favorável, o recorrente poderá levantar o depósito ou promover a anulação da fiança.

Parágrafo único — Sendo parcialmente favorável ao recorrente a decisão, este somente poderá levantar a parte do depósito que exceder ao montante por ela exigido.

DO JULGAMENTO

Art. 34 — Recebidos e protocolados na Secretaria do Conselho, os processos serão distribuídos, a um Representante Fiscal, no prazo de cinco (5) dias.

Art. 35 — O Representante Fiscal terá o prazo de quinze (15) dias para o estudo do processo que lhe for distribuído, devendo, nesse prazo, devolvê-lo à Secretaria, com parecer ou pedido de diligência, dirigido ao Presidente do Conselho. Nesse caso, retornando os autos à Secretaria, ser-lhe-á aberta vista, pelo prazo de oito (8) dias.

Art. 36 — Com o parecer do Representante Fiscal, o processo será distribuído, mediante sorteio, a um relator (Conselheiro) que terá o prazo de quinze (15) dias para opinar, podendo, nesse prazo, requerer diligência ao Presidente do Conselho, nesse caso, retornando os autos à Secretaria, ser-lhe-á aberta vista, pelo prazo de oito dias.

Parágrafo único — Nos recursos voluntários, enquanto o relator não devolver o processo, será facultado às partes a juntada de prova documental, abrindo-se nesse caso vista à parte contrária para falar, no prazo de cinco (5) dias sobre a inovação.

Art. 37 — Devolvido pelo relator, o processo será distribuído a um revisor, que o revisará no prazo de cinco (5) dias.

Art. 38 — Findo o prazo do artigo anterior, o processo será encaminhado à Secretaria, para inclusão na pauta de julgamento.

Art. 39 — As decisões do Conselho serão tomadas na forma desta Lei e do Regulamento.

§ 1.º — É facultado aos Conselheiros, durante o julgamento, pedir vista do processo, pelo prazo de oito (8) dias, em que o feito será suspenso, sem prejuízo dos votos proferidos.

§ 2.º — O Conselho poderá converter o julgamento em diligência, o que será lançado nos autos pelo Relator, com o "visto" do Presidente e o "ciente" do Representante Fiscal.

Art. 40 — Se o Relator for vencido, o Presidente designará para relator, de acordo com o ponto de vista vencedor, um dos Conselheiros cujo voto tenha sido vencedor.

Parágrafo único — O Representante Fiscal será intimado das decisões do Conselho, para os efeitos dos artigos 41 e 43 desta Lei.

DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

Art. 41 — Das decisões do Conselho, julgadas omissas, contraditórias ou obscuras, cabe pedido de esclarecimento, com efeito suspensivo, apresentado pelas partes no prazo de cinco (5) dias, contados da intimação.

Parágrafo único — Não será conhecido o pedido que a juízo do Conselho for manifestamente protelatório ou vise indiretamente a reforma da decisão.

Art. 42 — O pedido de esclarecimento será aduzido por escrito e distribuído, preferencialmente, ao relator da resolução, cujo esclarecimento se vise, processando-se na forma regulamentar.

Art. 43 — Das decisões não unânimes do Conselho, cabe pedido de reconsideração, desde que verse sobre matéria de fato e de direito não apreciada na decisão reconsideranda.

§ 1.º — O pedido de reconsideração, que terá efeito suspensivo, será apresentado no prazo de quinze (15) dias, contados da data da intimação.

§ 2.º — É defeso distribuir o pedido de reconsideração ao mesmo Conselheiro que tiver relatado a decisão reconsideranda.

Art. 44 — O pedido de reconsideração não será admitido quando apresentado pela segunda vez ao mesmo processo, salvo o caso em que a decisão reconsideranda tenha versado exclusivamente sobre preliminar.

Art. 45 — Dependerá de garantia de instância, na forma desta Lei, o recebimento do pedido de reconsideração de decisão que tenha provido recurso de ofício, versando sobre exigência de tributo ou multa.

Parágrafo único — No caso e para os efeitos deste artigo, o pedido será encaminhado através da repartição de primeira instância que tenha procedido à intimação da decisão reconsideranda.

Art. 46 — Do pedido de reconsideração apresentado pelo Representante Fiscal será intimada a outra parte, para se pronunciar, no prazo de quinze (15) dias.

Art. 47 — O processamento do pedido de reconsideração obedecerá às disposições aplicáveis ao julgamento, no que couber.

DA DEFINITIVIDADE

Art. 48 — As decisões das autoridades julgadoras de primeira ou de segunda instância, são definitivas e irrevogáveis, na esfera administrativa, quando delas não caiba recurso ou depois de esgotados os prazos dos recursos cabíveis.

DA EXECUÇÃO

Art. 49 — As decisões definitivas são executadas pela intimação do contribuinte, responsável ou interessado.

Parágrafo único — Quando se tratar de pagamento de tributo ou multa a intimação marcará o prazo de trinta (30) dias para o cumprimento da decisão, sob pena de lançamento da dívida ou de aplicação do procedimento previsto no art. 32, desta Lei.

DISPOSIÇÕES ESPECIAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 50 — Os processos de recursos fiscais, ainda não julgados pelo Tribunal de Contas, serão por este encaminhados ao Conselho, para os trâmites regulares, dentro de 30 (trinta) dias contados da data da instalação do mesmo.

Art. 51 — O Conselho poderá convocar, para esclarecimentos, servidores fiscais ou dirigir-se para o mesmo fim a qualquer repartição estadual.

Art. 52 — É assegurado o direito de sustentação oral, de qualquer recurso interposto perante o Conselho, desde que por ela hajam protestado, por escrito, em qualquer fase do processo.

Art. 53 — Eliminar-se-ão as expressões inconvenientes, pontadas em petições, recursos e informações, determinando-se, ainda, quando for o caso, o desentranhamento de qualquer dessas peças.

§ 1.º — É assegurado à parte interessada, quando for determinado o desentranhamento de qualquer peça, o direito de substituí-la, no prazo de quinze (15) dias, a contar da notificação ou intimação que for feita.

§ 2.º — Cabe à Secretaria do Conselho, aos representantes fiscais e aos Conselheiros-relatores, solicitar ao Presidente do Conselho, nos autos, a aplicação das medidas previstas neste artigo, cumprindo à primeira a execução do respectivo despacho.

Art. 54 — Os membros do Conselho terão direito a uma gratificação mensal, pelo efetivo exercício das funções e uma gratificação por sessão a que comparecerem, estas até o máximo de dez (10), cujo quantum será fixo em Decreto do Poder Executivo.

Art. 55 — O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, dentro de noventa (90) dias, contados da sua publicação.

Art. 56 — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1970

(a) Antônio Lopes Júnior

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 311-70

AUTOR: Dep. Antônio Lopes Júnior.

SÚMULA: "Cria o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais e dá outras Providências".

PARECER

1.) Na forma em que dispõe o art. 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno, vem a iniciativa justificada e articulada.

2.) O Projeto ora em exame não fere qualquer preceito, quer de ordem legal, quer de ordem constitucional.

Quanto a sua oportunidade, é evidente pela importância de que se reveste.

3.) Nestas condições, somos pela sua aprovação.

S.M.J., é o parecer.

Sala das Comissões, em... de junho de 1971

aa) Wilson Brandão — Presidente

Sebastião Rodrigues Júnior — Relator

Ilegível

Emílio Carazzai — Muggiati Filho — Gilberto Carvalho — Arthur de Souza

1a. Discussão — do Projeto de Lei n. 189-71, de autoria dos Deps. João Mansur e Borsari Netto, acresce ao artigo 140 da Lei n. 6.174, o inciso que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 189-71

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

O artigo 140, da Lei 6.174, fica acrescido do inciso:

IV — Com idênticas vantagens, quando um cargo ou função tenha sido exercido pelo mínimo de dois anos ininterruptos, independente do implemento temporal de que trata o inciso III, deste que, à época da aposentadoria esteja em exercício no cargo ou função.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1971.

aa) João Mansur e Borsari Netto

JUSTIFICATIVA:

O conceito de funções gratificadas, hoje, com a dinâmica administrativa, transformando-se em prêmio aos servidores mais diligentes e capazes.

Óbvio é, por conseguinte, que o servidor, que após mais de três décadas dá o seu esforço e colaboração ao Estado, e que ao término já do seu tempo para aposentadoria empresta eficiente serviço à boa marcha do desempenho da função pública, através, ainda mais, de um cargo em comissão ou de função gratificada, em exercício ininterrupto de dois (2) ou mais anos, seja aquinhado da mesma maneira que aquele que, tendo exercido cargo ou função com interrupção, por isso que, a fluência de um tempo ininterrupto tem maior significação que o tempo parcelado, interrompido.

Se o Legislador ao contemplar a figura do servidor público, com a incorporação temporal de cinco (5) anos alternados, com muito mais razão e justiça é de, por figura de isonomia, contemplar aqueles que por mais de (2) anos consecutivamente, exercem cargos ou funções gratificadas.

LEI N. 6.174

DATA: 16 de novembro de 1970

SÚMULA: Estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

C A P Í T U L O III DA APOSENTADORIA

Art. 140 — O funcionário efetivo aposentado a pedido:

I — com provento correspondente ao vencimento ou remuneração integral do cargo efetivo;

II — ... vetado...

III — se houver exercido, por um período não inferior a cinco anos, ininterruptos ou não, um ou mais cargos em comissão ou funções gratificadas, com as vantagens do cargo em comissão ou função gratificada do nível mais elevado, desde que esse cargo ou função tenha sido exercido por um mínimo de doze meses.

§ 1.º — A aplicação do estabelecido em qualquer dos incisos deste artigo exclui as vantagens instituídas nos demais incisos.

§ 2.º — No caso do funcionário que, para o exercício de cargo em comissão, tiver optado pelo vencimento do cargo efetivo acrescido da gratificação prevista no art. 159, entende-se por vantagem do cargo em comissão, para os efeitos deste artigo, a percepção dessa gratificação.

§ 3.º — Se, nas condições dos incisos II e III, deste artigo, o cargo em comissão exercido não se conformar à simbologia estabelecida para os cargos em comissão do Poder Executivo, poderá o funcionário aposentar-se com as vantagens do de maior símbolo. Nas mesmas condições, igual be-

nefício será assegurado pelo exercício de cargo diretivo de órgãos da administração indireta do Estado.

§ 4.º — ... vetado...

Art. 140 —

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 189-71

AUTORES: Deputado João Mansur e Borsari Netto

SÚMULA: Acresce ao artigo 140, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, o inciso que especifica.

PARECER

1) — O supra referido Projeto de Lei foi elaborado obedecendo as normas traçadas pelo art. 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno.

2) — A iniciativa já citada não fere qualquer preceito, quer de ordem constitucional, quer de ordem legal.

Quanto a sua oportunidade, convence-nos, plenamente, a justificativa apresentada pelos seus ilustres Autores.

3) — Nestas condições, opinamos pela aprovação da medida proposta.

S.M.J., é o parecer.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

Muggiati Filho — Arthur de Souza — Sebastião R. Júnior — Igo Losso

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER Ao Projeto de Lei n. 189-71

1) — O presente projeto de lei, de autoria do nobre deputado Borsari Netto, tem por objetivo alterar a Lei 6.174 a fim de acrescentar um inciso ao seu art. 140, possibilitando que o funcionário público leve as vantagens de cargo em comissão ou função gratificada para a aposentadoria se tiver exercido essas funções por mais de dois anos ininterruptos.

2) — A dita Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se favoravelmente à medida proposta.

3) — Nestas condições, não havendo óbice de ordem financeira que se lhe anteponha, opinamos pela sua aprovação.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Salas das Comissões, em 9 de junho de 1972.

aa) Fuad Nacli — Presidente

David Federmann — Relator

Odilon Reinhardt — João Fadel

1a. Discussão — do Projeto de Lei n. 287-71, de autoria do Dep. Maurício Fruct, autoriza o Poder Executivo a conceder pensão mensal à viúva de Stazir de Souza Oliveira, cabo da P.M.E., falecido no cumprimento do dever. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 287-71

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder uma pensão mensal à viúva do cabo da Polícia Militar do Estado, Stazir de Souza Oliveira, falecido no cumprimento do dever.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 1971.

a) Maurício Fruct

JUSTIFICATIVA:

O presente Plano de Lei tem a sua razão de ser, Sr. Presidente, pelo fato da esposa do militar, morto no cumprimento do dever, a par do trauma vivido, com o infortúnio do desaparecimento precoce do chefe de sua família, com o fato, praticamente está desamparada pecuniariamente. A morte do cabo Stazir, que caiu defendendo o juramento da PMEP, de zelar pela tranquilidade pública, não pode nem deve ser meramente reconhecido apenas por uma Ordem do Dia ou por elogios à sua conduta.

Há de se pensar nos que ele deixou, que agora amargam o pão que o diabo amassou, pelo seu gesto heróico. Uma pensão mensal seria o mínimo que nós, homens públicos, poderíamos fazer por aquele que com denodo, sem pensar nas consequências, procurou subjugar o vil assassino, que ameaçava as vidas das pessoas presentes no ato. O heroísmo de Stazir tem que merecer uma recompensa, por menor que ela seja.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 287-71

AUTOR: Deputado Maurício Fruct

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal, à viúva de Stazir de Souza Oliveira, cabo da Polícia Militar do Estado, falecido no cumprimento do dever.

PARECER

Trata-se de ato autorizatório em que se faculta ao Poder Executivo determinada faculdade.

Não perde sobre o presente Projeto nenhum obstáculo de ordem legal ou constitucional.

Isto posto, somos pela aprovação.

Sala das Comissões, em 26 de abril de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente

Luiz Roberto Soares — Relator

Maurício Fruct

Candido M. de Oliveira

Muggiati Filho

Emílio Carazzai

Comissão de Finanças

PROJETO DE LEI N. 287-71

AUTOR: Dep. Maurício Fruct

SÚMULA — Autoriza o Poder Executivo, conceder pensão mensal à viúva Stazir de Souza Oliveira, cabo da Polícia Militar do Estado, falecido no cumprimento do dever.

PARECER

O projeto de Lei em tela, de autoria do nobre Deputado Maurício Fruct, pretende autorizar o Poder Executivo a conceder pensão mensal à viúva

do cabo da Polícia Militar do Estado, Stazir de Souza Oliveira, falecido no cumprimento do dever.

Louvável a iniciativa do nobre autor da proposição, respeitável o pronunciamento da douta Comissão de Constituição e Justiça e não havendo nenhum óbice de ordem financeira, pois trata-se de simples ato autorizatório que se faculta ao Poder Executivo, opinamos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em de maio de 1972.

aa) Fuad Nacli — Presidente
Antonio Belinati — Relator
Antonio Lopes Júnior
Odilon Reinhardt

1.a Discussão — do Projeto de Lei n. 16-72, de autoria do Dep. Igo Losso, declara de Utilidade Pública, a Santa Bárbara Associação Comunitária — SBAC, com sede nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

Projeto de Lei n. 16-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Santa Bárbara Associação Comunitária — SBAC, com sede no Jardim Santa Bárbara, nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07 de abril de 1972.

a) Dep. Igo Iwant Losso

JUSTIFICATIVA:

A Santa Bárbara Associação Comunitária, está com seus estatutos devidamente registrados no 1.º Ofício de Registro de Títulos e Documentos em Curitiba, a 14 de julho de 1969, sob n. 399 do livro "A", com CGCMF — 75060877-001.

Seus objetivos são os mais meritórios, ou seja, o de desenvolver o espírito comunitário na solução de problemas comuns que afetam o conhecido Jardim Santa Bárbara.

Não há qualquer fim lucrativo em tal trabalho, visando tão somente a entidade o bem da coletividade, conforme dispõe o artigo 3.º dos estatutos.

Sua diretoria também não percebe qualquer pagamento, trabalhando todos unidos e gratuitamente pelo ideal de servir.

Entidades desta natureza, devem merecer o integral apoio do Governo e estimuladas as suas constituições, porque através delas há o trabalho conjunto. Daí, a razão pela qual propomos o presente Projeto de Lei, que temos certeza merecerá o integral apoio da Casa, para que num reconhecimento público, se reconheça este esforço e trabalho digno do melhor elogio.

Anexamos a exposição de motivos endereçada a esta Assembléia que melhor diz daquilo que afirmamos.

Projeto de Lei n. 16-72

AUTOR: Deputado Igo Losso

SUMULA: Declara de Utilidade Pública, a "Santa Bárbara Associação Comunitária (SBAC)" com sede em Curitiba.

PARECER

O Projeto está devidamente justificado e instruído com os documentos exigidos para iniciativas desta natureza. Não contraria norma legal ou constitucional.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 17 de maio de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente
Emílio Carazzai — Relator
Luiz Roberto Soares
Ovidio Franzoni
Cândido Martins de Oliveira
Mauricio Fruet
Muggiati Filho

1.a Discussão — do Projeto de Lei n. 34-72, de autoria do Dep. Borsari Netto, declara de Utilidade Pública, a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância da cidade de Rancho Alegre. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

Projeto de Lei n. 34-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — É declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Rancho Alegre, sediada na cidade do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de abril de 1972

a) Dep. Borsari Netto

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Rancho Alegre, que se pretende seja declarada de Utilidade Pública é uma entidade sem fins lucrativos, que tem por objetivo a proteção e a assistência à maternidade e à infância em geral, velando pela saúde, o bem estar e a necessidade da criança e da gestante.

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE LEI N. 34-72

AUTOR: Deputado Borsari Netto

Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Rancho Alegre.

PARECER

1) — O nobre Deputado Borsari Netto, pretende, com o presente plano de Lei, declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Rancho Alegre, com sede na cidade do mesmo nome.

2) — Os objetivos da Associação recomendam inteiramente a sua declaração de Utilidade Pública. O Projeto vem acompanhado da documentação comprobatória das exigências legais.

1.a Discussão — do Projeto de Lei n. 112-72, Mensagem n. 29-72, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr\$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil cruzeiros), ao Orçamento Geral do Estado, para despesas com constituição do Fundo de Reequipamento do Departamento de Trânsito. — FUNRESTRAN — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. Em REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

MENSAGEM 29-72

Curitiba, 29 de junho de 1972

Projeto de Lei n. 112-72

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre abertura de um crédito especial no valor de Cr\$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil cruzeiros) ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei n. 6.253, de 3 de dezembro de 1971.

2. O crédito cuja autorização para abertura é objetivada através do Plano de Lei ora encaminhado a essa Augusta Assembléia Legislativa, é de grande significação e consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, pois destina-se ao atendimento de despesas com a constituição do Fundo de Reequipamento do Trânsito — FUNRESTRAN, criado conforme preceitua a Lei n. 6.264, de 10 de janeiro de 1972, para solução dos problemas de trânsito no Estado do Paraná.

3. Em obediência ao disposto na Lei Federal n. 4.320, de 14 de março de 1964 (Normas Gerais de Direito Financeiro), o anteprojeto prevê, como recurso para cobertura do crédito especial em questão, o necessário cancelamento de verbas, conforme específica, do vigente Orçamento Geral do Estado.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA

Governador do Estado.

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado Wilson Figueiredo Fortes

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

N/Capital.

Anteprojeto de Lei

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial no valor de Cr\$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil cruzeiros) ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei n. 6.253, de 3 de dezembro de 1971, para atender despesas com a constituição do Fundo de Reequipamento do Departamento de Trânsito — FUNRESTRAN criado pela Lei n. 6.264, de 10 de janeiro de 1972, de acordo com a seguinte especificação:

Órgão Principal: Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública

Programa: Orientação e Controle do Trânsito

Unidade Executora: Departamento de Trânsito.

Dotação: 72 — 2.6 — 43 — 02 — 0

4.0.0.0 — DESPESAS DE CAPITAL

4.2.0.0 — INVERSÕES FINANCEIRAS

4.2.4.0 — Constituição de Fundos Rotativos Cr\$ 7.500.000,00

Art. 2.º — Como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, conforme prescreve o artigo 43, parágrafo 1.º, item III da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Poder Executivo autorizado a cancelar igual importância no Orçamento Geral do Estado, na Dotação do Programa abaixo discriminado:

Órgão Principal: Secretaria da Fazenda — Administração Geral do Estado

Programa: RESERVA DE CONTINGENCIA

Unidade Executora: Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda — Administração Geral do Estado.

Dotação: 72 — 0.9 — 90 — 10 — 0

3.0.0.0 — DESPESAS CORRENTES

3.2.0.0 — TRANSFERENCIAS CORRENTES

3.2.6.0 — Reserva de Contingência Cr\$ 7.500.000,00

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE LEI N. 112-72

AUTOR: Poder Executivo

SUMULA: Mensagem n.º 29-72, encaminhando Anteprojeto de Lei que dispõe sobre abertura de crédito especial para despesas com a constituição do fundo de reequipamento do Departamento de Trânsito — FUNRESTRAN.

PARECER

Originário de mensagem governamental a presente proposição ajusta-se às exigências legais e constitucionais para a abertura de crédito especial, indicando, fundamentalmente, os recursos correspondentes.

A oportunidade da autorização legislativa ressalta dos próprios termos da mensagem.

Somos pela aprovação.

Sala das Comissões, em 2 de agosto de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente

Santos Lima — Relator

Emílio Carazzai

Borsari Netto

Luiz R. Soares

Mauricio Fruet

Cândido M. de Oliveira

Comissão de Finanças

Projeto de Lei n. 112-72

AUTOR: Poder Executivo

Súmula: Dispõe sobre abertura de crédito especial para despesas com constituição do Fundo de Reequipamento do Trânsito — FUNRESTRAN —

PARECER

1.) — O projeto, oriundo de Mensagem Governamental, recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

2.) — Tratando-se de matéria da mais alta importância, e não havendo

óbice legal que se lhe possa antepor, conforme o parecer acima mencionado, merece indubitavelmente a **aprovação** desta Comissão.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23 de agosto de 1972.

aa) Fuad Nacli — Presidente
Odilon Reinhardt — Relator
Antonio Lopes Júnior
Jorge Sato.

3) — Nestas condições não havendo qualquer impedimento de ordem legal ou constitucional que se lhe anteponha, opinamos pela sua aprovação. É o que nos parece, s.m.j.

Sala das Comissões, em 10 de maio de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente
Cândido Martins de Oliveira — Relator
Ovidio Franzoni
Luiz Roberto Soares
Santos Lima
Emilio Carazzai

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odilon Reinhardt, constante do Expediente, solicitando sejam encaminhados expedientes aos srs. Presidente e Secretário da Junta Comercial do Paraná, no sentido de que intercedam junto ao Sr. Governador do Estado, visando a instalação do Escritório daquele órgão, na cidade de Cascavel. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, no sentido de que fique isento do pagamento da taxa de utilização do "ferry boat", que liga os Municípios de Matinhos e Guaratuba, o veículo, cujo proprietário seja professor lotado em Estabelecimento de Ensino Público, e quando em trânsito do, ou para o local de trabalho, objetivando dessa forma, incentivar os mestres ao exercício da profissão, na orla litorânea. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. Deputado Ivo Tomazoni, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 99-72. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. Deputado Ivo Tomazoni, constante do

Expediente, solicitando Dispensa de Publicação da Redação Final do Projeto de Resolução n. 5-72 e aos Projetos de Lei n.s 186-70, 251-70 e 68-72. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. Deputado Odilon Reinhardt, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná, transmitindo-lhe os agradecimentos dos moradores de Cascavel, por sua intercessão junto à administração da Junta Comercial do Paraná, no sentido da instalação de um Escritório da entidade, naquela cidade. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. Deputado Ivo Tomazoni, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado e ao Presidente da Junta Comercial do Paraná, no sentido de determinarem gestões, visando a instalação de um Escritório da Junta Comercial do Paraná, na cidade de Pato Branco. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria dos srs. Deputados Ovidio Franzoni, Jorge Sato e Borsani Neto, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao Dr. Justino Alves Pereira, pela sua investidura no cargo de Chefe de Gabinete do Ministério da Saúde. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado e ao Presidente da Junta Comercial do Estado do Paraná, no sentido de determinar gestões, visando a instalação de mais um Escritório da Junta Comercial do Paraná, na cidade de União da Vitória. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 01, sexta-feira, às 10 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA

Redação Final — do Projeto de Resolução n. 5-72 e dos Projetos de Lei n.s 186-70, 251-70, 268-71, 292-71, 68-72, 71-72, 73-72 e 118-72.

3.ª Discussão — dos Projetos de Lei n.s 15-2 e 26-72.

2.ª Discussão — dos Projetos de Lei n.s 240-69, 311-70, 189-71, 287-71, 16-72, 34-72 e 112-72.

1.ª Discussão — do Projeto de Resolução n. 25-72 e dos Projetos de Lei n.s 86-70 e 216-70.

A Presidência lembra aos srs. Deputados que às 18,50 de amanhã, haverá uma Sessão Solene relativa ao sesquicentenário da nossa Independência.

Levanta-se a Sessão.